

**“DESAFIOS DO COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NO ALENTEJO”**  
**1.º DEBATE “O REGADIO NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO**  
**ALENTEJO – RISCOS E OPORTUNIDADES”**

**Centro Cultural de Alvito, 9 de abril de 2019**

O Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) português foi inicialmente aprovado através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 17 de Junho, publicada no Diário da República, I Série B, de 9 de Julho de 1999, em aplicação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – CNUCD. As atribuições, composição e acção da CNCCD – Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação, visando a aplicação do PANCD, que vigoraram até perto do final do ano de 2014, foram estabelecidas através do Despacho Conjunto n.º 979/99, de 20 de Outubro. A referida RCM e o referido Despacho Conjunto foram revogados, em 24 de Dezembro de 2014, com a publicação em Diário da República da revisão do PANCD, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, que entrou em vigor no dia 25 de Dezembro de 2014.

A visão estratégica para o PANCD que se expressa como: a criação de uma parceria nacional para prevenir e reverter a desertificação/ degradação das terras e para mitigar os efeitos da seca nas áreas afetadas no território nacional, parceria que deverá também ser estendida às regiões e países com quem temos relações privilegiadas e condições comuns, a fim de apoiar a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental.

Assim, na perspetiva do combate à desertificação, esta visão aponta fundamentalmente para quatro grandes objetivos estratégicos, complementares e articuláveis entre si:

1. **Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis.**
2. **Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas.**
3. **Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis.**
4. **Promover e mobilizar recursos para aplicar a CNUCD e o PANCD**

O Núcleo Regional de Combate à Desertificação do Alentejo está a organizar um ciclo de Debates Temáticos, **“Desafios do Combate à Desertificação no Alentejo”**. O primeiro debate terá como tema **“O Regadio na Transformação da Paisagem no Alentejo, Riscos e Oportunidades”**, focado, não tanto nas questões socioeconómicas mas, principalmente, nos aspetos básicos – solo, água, biodiversidade e nos aspetos integradores – regadio, ecologia e paisagem.

As profundas e mais recentes transformações de alguns trechos da paisagem no Alentejo, produzidas pelo aumento da área regada, e o envolvimento dos diversos agentes, entidades e beneficiários convocam a abordagem e debate deste tema. Há a considerar não apenas a sua importância e oportunidade mas também o histórico dos aproveitamentos hidroagrícolas no Alentejo, a atualidade e futuro do EFMA e de outros regadios nesta região e as questões de utilização e proteção/conservação do solo e dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos, bem como as relativas à conservação da biodiversidade e ao ordenamento da paisagem.

O desenvolvimento do regadio deve ser encarado numa perspetiva de sustentabilidade articulada com os objetivos do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e da Adaptação às Alterações Climáticas.

No debate deste assunto presidem, também, as preocupações relativas aos *“Sustainable Development Goals”* no que concerne à *“Land Degradation Neutrality”*.

Esta iniciativa do NRCD Alentejo, a realizar em parceria com a Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado com o Instituto de Conservação da Natureza e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, pretende ser um espaço de debate e esclarecimento acerca da temática, contando para isso com a presença de investigadores, técnicos e produtores.

*O Núcleo Regional de Combate à Desertificação do Alentejo (NRCD-Alentejo), da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação (CNCCD), integra diversas entidades não só públicas mas também da esfera empresarial, nomeadamente Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direção-Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL), Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL), Universidade de Évora (UE), Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CISCS Nova), Institutos Politécnicos de Portalegre e de Beja, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA) e associações de desenvolvimento e de ambiente.*

**“DESAFIOS DO COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NO ALENTEJO”  
1.º DEBATE “O REGADIO NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO ALENTEJO  
– RISCOS E OPORTUNIDADES”**

Centro Cultural de Alvito, 9 de abril de 2019

## ORADORES



**JORGE GASPAR**  
CEG-UL e CEDRU

*“Água, regadio e paisagem no Alentejo”*

- Apontamentos do passado, do presente e para o futuro;
- O valor da água e o ordenamento do território;
- As água na paisagem.

### **Nota bibliografica:**

#### **Jorge Gaspar**

Nascido (1942), criado e vivido em Lisboa. Geógrafo e Urbanista. Professor Catedrático, Emérito, da Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Investigador do Centro de Estudos Geográficos. Assistente da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Professor Catedrático Convidado do Instituto Superior Técnico e das Universidades de Umeå e de Paris X. Doutoramento pela Universidade de Lisboa (1972), pós-graduado pela Universidade Lund, Suécia. Coordenou investigações e projetos aplicados em Geografia, Planeamento e Urbanismo.

Em 1986 fundou o CEDRU – Centro de Estudos e desenvolvimento regional e urbano Lda, onde continua a colaborar. Coordenador técnico do *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT*. Publicou uma vintena de livros e mais de duas centenas e meia de artigos e opúsculos. Vice-Presidente da Academia das Ciências de Lisboa. Membro da Academia Europaea e Doutor *HC* pelas Universidades de León, Genève e Évora. Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. Prémio Universidade de Lisboa. Prémio Internacional Geocrítica. Medalha de Honra do Município de Alvito. Medalha de Mérito Científico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Fundador e Presidente da Direção de *Estudos Gerais de Alvito – Associação para o Estudo dos Fenómenos de Globalização e Localização*



**ANTÓNIO CHAMBEL**  
UE

*“Recursos hídricos e regadio”*

**INFORMAÇÃO COMPLETA:** [AQUI](#)

### **Nota bibliográfica:**

#### **António Chambel**

Doutorado em Geologia (Especialidade em Hidrogeologia) pela Universidade de Évora. É atualmente Professor Auxiliar do Departamento de Geociências da Universidade de Évora. Professor ERASMUS nas Universidades de Praga (República Checa), Huelva (Espanha) e La Sapienza de Roma (Itália), professor em Mestrados na Universidade de San Salvador (El Salvador), na Universidade Pontifícia S. Francisco Xavier, em Sucre (Bolívia) e no Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC) em Maputo (Moçambique) e investigador no Instituto de ciências da Terra (ICT), em Portugal. É um especialista em geologia e águas subterrâneas.

É atualmente Presidente da Associação Internacional de Hidrogeólogos (IAH), membro da Comissão Técnica dos Hidrogeólogos Sem Fronteiras (HWB), membro suplente do Conselho Fiscal da Associação Latino-Americana de Hidrologia Subterrânea para o Desenvolvimento (ALHSUD) e membro da direção do Núcleo Regional do Sul da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH-NRS). Tem sido consultor e formador pela UNESCO em ações relacionadas com a legislação mundial dos aquíferos transfronteiriços e com os ecossistemas dependentes de águas subterrâneas e tem organizado conferências internacionais sobre a temática da água subterrânea em várias partes do Mundo (Turquia, África do Sul, Marrocos, França, etc.). Tem igualmente apresentado várias conferências a convite em muitos congressos e outros eventos internacionais.

Como Presidente da IAH, representa a Associação em muitas reuniões e instituições internacionais, como a UNESCO-IHP, a UN-Water, estando representado no Conselho Mundial da Água (WWC), na Rede Internacional dos Organismos de Bacia (INBO) e em muitos outros.

Autor de mais de 100 publicações nacionais e internacionais. Coordenou no Alentejo o Projeto “Estudo dos Recursos Hídricos do Alentejo (ERHSA), entre 1997 e 2001, e terminou recentemente a coordenação científica do Projeto “Estudo de Zonas de Complexidade Hidrogeológica”, abrangendo as províncias ente Maputo e Manica, no sul de Moçambique.



**ANDRÉ MATOSO**  
APA/AHR Alentejo

### *“O novo paradigma da agricultura: o regadio”*

Os temas relativos à água, solos, segurança alimentar e energia assumem cada vez mais um elevado protagonismo nos desafios colocados à sustentabilidade da vida humana, com a **ÁGUA** na primeira linha das preocupações.

Exemplos recentes de iniciativas que estão perfeitamente alinhadas com o propósito deste debate: Conclusões do 8º Fórum Mundial da Água 2018 e iniciativa FOOD 2030 da Comissão Europeia.

O principal desafio da agricultura portuguesa na próxima década é contribuir para o crescimento do sector agroalimentar nacional, em condições economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e territorialmente equilibradas.

A agricultura de regadio constitui um factor determinante para a diversificação do tecido económico e social português, indispensável para o reforço da coesão económica e social.

Apresentam-se as principais características da agricultura de regadio no Alentejo.  
Como tornar a gestão da água para agricultura mais eficiente?  
Como controlar a poluição difusa da agricultura?

- Promover a reutilização de efluentes tratados na rega, aproveitando o potencial fertilizante dos efluentes tratados para as culturas;
- Otimizar a gestão da água de rega, visando aumentar a produtividade da água e diminuir os impactes associados à rega;
- Desenvolver regadios que adotem espécies e variedades agronómicas, tecnologias e práticas que assegurem a máxima eficiência no uso da água. Muito poderá contribuir para este objectivo, a actividade desenvolvida pelo LIS-WATER e pelo INIAV, através de acções de investigação, desenvolvimento, experimentação e inovação, nos domínios do Melhoramento de Plantas e da Sustentabilidade de Sistemas Agrários;
- Controlo rigoroso das dotações de rega;
- Controlo rigoroso da aplicação de fertilizantes e biocidas;
- Instalação / manutenção de vegetação ribeirinha, em áreas de actividade agrícola e pecuária;
- Aplicação intensiva e generalizada de medidas de prevenção da erosão dos solos, que não apenas protegem os solos, como evitam o transporte de nutrientes para as massas de água. Constitui um bom exemplo deste tipo de iniciativas, o Projecto Pastagens Semeadas Biodiversas no qual Portugal assumiu um papel pioneiro, através de projetos desenvolvidos pela empresa Terraprima, estabelecendo contratos com mais de 1 000 agricultores, em 50 mil hectares, para a promoção de práticas de gestão de pastagens que contribuem para a mitigação das alterações climáticas e a protecção do solo. Este projecto, apoiado pelo Fundo Português de Carbono, venceu em 2013 o concurso promovido pela Comissão Europeia “A World You Like with a Climate You Like”.
- Implementar programas de sensibilização ambiental junto dos agentes ligados aos sectores da agricultura e pecuária.

## **Nota bibliografica:**

### **António André Pinto Matoso Pereira**

Data e local de nascimento: 10/12/1961; Cambambe (Angola)

Licenciado em Geologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1986)

Formação profissional:

32 anos de experiência profissional nas áreas de: Planeamento, Gestão e Monitorização de Recursos Hídricos; Monitorização Ambiental; Avaliação de Impactes Ambientais; Avaliação Ambiental Estratégica de planos e programas; Geologia Ambiental e Ordenamento do Território / Recursos Hídricos; Acompanhamento Ambiental de Obras; Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Atividade profissional:

- Desde novembro de 2013, Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Sudoeste – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA.

- Desde abril de 2013, Diretor da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo

- De maio de 2012 a abril de 2013, Diretor do Departamento de Planeamento, Informação e Comunicação, da ex-ARH Alentejo, IP.

- Novembro de 2008 a abril de 2012, Assessor Principal/Coordenador da Área Técnica de Estudos e Planeamento.

- De maio de 2007 a novembro de 2008, Diretor de Serviços de Águas Interiores.

- De maio de 2005 a abril de 2007, Diretor de Serviços de Monitorização Ambiental.

- De agosto de 2002 a maio de 2005, Chefe da Divisão de Monitorização Ambiental.

- De julho de 1995 a agosto de 2002, Chefe da Divisão de Recursos Hídricos.

- De maio de 1987 a julho de 1995, Técnico Superior (CCR Alentejo, até dezembro de 1991 e DRARN Alentejo, a partir de janeiro de 1992), desenvolvendo atividades na área do Ambiente e Recursos Naturais.

Representação institucional em Comissões de Avaliação de Impacte Ambiental, Comissões de Acompanhamento de Instrumentos de Gestão Territorial, Grupos de Trabalho e Equipas de Projetos nacionais e internacionais, destacando-se as seguintes:

Membro da Comissão de Acompanhamento e da Comissão Redatorial do Projeto "Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo" (1996 a 2002).

Membro da Comissão de Acompanhamento Ambiental das Infraestruturas de Alqueva e coordenador do Grupo de Trabalho para a Qualidade Ambiental (1998 a 2007).

Integrou a organização da visita técnica dos participantes na XIVª Conferência de Diretores Iberoamericanos da Água (outubro 2013).

Membro da Delegação Portuguesa à Comissão para a Aplicação e Desenvolvimento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC).

Participação no 8º Fórum Mundial da Água (18 a 23 de Março de 2018), em Brasília.

Integrou comissões organizadoras de eventos de caráter técnico e científico, nas áreas da Geologia Ambiental e do Planeamento, Gestão e Monitorização de Recursos Hídricos, destacando-se o Seminário internacional Strengthening Water Governance for Sustainability – UNESCO/Programa Hidrológico Internacional (Évora, junho, 2009).

Orador convidado em diversas iniciativas de caráter técnico e científico, de âmbito nacional e internacional, ligadas à sua atividade profissional. Autor e co-autor de trabalhos, publicações, comunicações e artigos técnicos ligados à mesma atividade.

**ANDRÉ MATOSO**

*Diretor da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo  
(Agência Portuguesa do Ambiente)*



**GONÇALO MORAIS TRISTÃO**  
FENAREG

*“Agricultura de regadio, contributo para a coesão territorial”*

**INFORMAÇÃO COMPLETA:** [AQUI](#)

**Nota bibliografica:**

**Gonçalo Morais Tristão, 57 anos**

Licenciado em Direito, pela Universidade de Lisboa, em 1984

Agricultor, com exploração em regime de sequeiro e exploração em regime de regadio

20 anos de experiência no associativismo agrícola, desempenhando atualmente os seguintes cargos, no sector do regadio:

Director da Fenareg – Federação Nacional de Regantes de Portugal

Presidente da Associação de Beneficiários do Lucefecit

Presidente do Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio (COTR)



**CARLOS ALEXANDRE**  
UE

*"Solo e regadio"*

Apresenta-se uma perspectiva sobre a situação do conhecimento dos solos do Alentejo e sobre a importância desse conhecimento para a expansão e gestão das novas áreas de regadio. Discutem-se os principais riscos a que têm estado sujeitos os solos com a expansão do regadio, dividindo-os pelas fases de: planeamento do uso da terra, instalação e gestão dos sistemas. Apresentam-se algumas propostas para corporizar oportunidades dos novos regadios para os recursos do solo, nomeadamente: promover uma estrutura digital de âmbito regional para compilar informação sobre os solos e o seu comportamento, promover uma melhor regulação do uso da terra, integrar mais apoios da política agrícola comum em regimes de condicionalidade baseados em indicadores de boa gestão e promover sistemas de reconhecimento de produção com boas práticas de gestão do solo, por exemplo, de acordo com as 'Diretrizes Voluntárias para a Gestão Sustentável dos Solos' propostas pela FAO e pela Parceria Portuguesa para o Solo.

**INFORMAÇÃO COMPLETA:** [AQUI](#)

**Nota bibliográfica:**

**Carlos Alexandre**

Docente do Departamento de Geociências da Universidade de Évora (UÉvora), doutorado em Ciências Agrárias pela mesma universidade e Engenheiro Silvicultor pelo Instituto Superior de Agronomia, tem leccionado Pedologia e outras disciplinas no âmbito das Ciências do Solo. Associado ao Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrâneas (ICAAM) da UÉvora, tem participado em diversos trabalhos de investigação incidindo sobre: processos de erosão hídrica do solo; levantamento, caracterização e cartografia digital de solos, nomeadamente com aplicações em agricultura de precisão; gestão do solo nos sistemas agro-silvo-pastoris de montado. Foi membro do Conselho Geral da Universidade de Évora (2010-2012) e é Presidente da Direcção da Sociedade Portuguesa da Ciência do Solo desde 2010. Nesta última qualidade, colaborou activamente com a Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural para a criação da Parceria Portuguesa para o Solo em 2015.

(cal@uevora.pt)

Apartado 94, 7002-554 Évora, PORTUGAL

Tel/Phone: +351 266 745 301

**CARLOS ALEXANDRE**  
Dept. de Geociências/ECT e ICAAM - Universidade de Évora  
UE





**ANTÓNIO PERDIGÃO E CLÁUDIA BRANDÃO**  
DGADR

*“Regadio e solo, compromissos para o futuro”*

O conhecimento da realidade hidrológica e das vulnerabilidades hídricas constituem o suporte para estar preparado para os desafios futuros.

O investimento na incorporação do conhecimento, sobre os recursos naturais, as práticas e as tecnologias inovadoras, constitui uma estratégia de futuro, pois permitirá introduzir medidas adequadas para preservar e conservar estes recursos, de forma a promover um desenvolvimento sustentado em valores ambientais e totalmente compatíveis com os objetivos de uma atividade agrícola rentável.

Neste contexto, as Mudanças Climáticas constituem mais um dos fatores a considerar, tanto numa perspetiva de adaptação como de mitigação.

A importância da Gestão Sustentável do Solo no quadro da Agenda 2030 das Nações Unidas e o seu Objectivo 15.3.1, relacionado com a Neutralidade da Degradação da Terra, alertam para a necessidade dum melhor conhecimento na forma de indicadores da degradação do solo e da terra e da importância do acesso e divulgação de informação sobre o solo, bem como sobre o uso da terra e sua evolução, considerando as alterações do tipo de vegetação.

Temáticas relacionadas com a colaboração da SPI da UNCCD e o ITPS da Parceria Global de Solos da FAO, na perspectiva duma gestão do solo de forma sustentada, mantendo ou melhorando as funções do solo relacionadas e os respectivos serviços dos ecossistemas.

**Nota bibliográfica:**

**António M. M. Perdigão**

DGADR

Eng.º Agrónomo (ISA)

Responsável pela execução de cartografia de solos em todo o país

Membro da primeira equipa portuguesa do Corine Land Cover.

Perito nacional destacado no JRC (Ispra), equipa do projecto MARS

Consultor do JRC, nas áreas da Agro-Meteorologia e outras áreas ligadas a Cadastros temáticos

Ex-Chefe de Divisão de Cartografia e Informação Geográfica, do IHERA, IDRHA e DGADR

Representante de Portugal nas acções COST 718 e 719 respectivamente “Meteorological Applications for Agriculture# e “ The use of Geographical Information Systems in Climatology and Meteorology”

Representante da DGADR, no C.C Cartografia( desde 1999), Co-SNIG, SINERGIC, GTOT e CNCCD.

Coordenador do GT-AGRI da ENAAC.

Ponto focal substituto de Portugal nas Parcerias Europeia e Global de Solos.

Membro do secretariado Técnico da Parceria Portuguesa para o Solo e do respectivo Painel Técnico Científico.

Autor de mais de 140 publicações em várias línguas

Participação em seminários e projectos em África, Europa, América do Sul e Ásia

### **Cláudia Brandão**

DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Formação académica:

Licenciado pré-Bolonha em Engenharia Agrícola (Universidade de Évora).

Mestre pré-Bolonha em Hidráulica e Recursos Hídricos (Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa).

Doutorada em Engenharia do Ambiente (Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa).

Atividade Profissional: Hidrologia e hidráulica geral.

- 2017 até ao presente: Técnica Superior na Divisão de Infraestruturas Hidráulicas (DGADR).

- 2013/2016: Chefe de Divisão do Estado das Disponibilidades Hídricas da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

- 2002/2012 -Chefe de Divisão de Recursos Superficiais, do Instituto da Água (INAG).

- 1994/2002: Técnica Superior com funções de avaliação e elaboração de estudos hidrológicos e hidráulicos de infra-estruturas hidráulicas, como barragens, passagens hidráulicas ou diques; responsável para caracterização da excecionalidade dos fenómenos hidrológicos extremos em Portugal.

- Co-responsável pelas negociações, realizadas no âmbito da proposta da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, e pela implementação da directiva comunitária sobre "Avaliação e Gestão do Risco de Inundações" com elaboração de vários documentos técnicos e participação em diversas reuniões da União Europeia no âmbito do WG-F (Flood Working Group).

-Secretária técnica da Comissão de Gestão de Albufeiras (até 2015).

-Representante da APA na Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, REN (2012 até 2015).

-Docente das disciplinas de Hidráulica Aplicada I e Hidráulica Geral, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, inserida no terceiro ano da licenciatura de Engenharia do Ambiente – pré-bolonha (1998/99 a 2005/06).

-Docente do "Curso de Projecto, Construção e Exploração de Pequenas Barragens", promovido pelo LNEC, FUNDEC (associada ao Instituto Superior Técnico) e certificado pela Ordem dos Engenheiros (2011 e 2012).

-Co-responsável pela pós-graduação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marília Cândida de Oliveira, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Triângulo Mineiro; Campus Uberlândia, Mato Grosso, Brasil (2010).

-Co-orientadora da dissertação para obtenção de grau de Mestre "Análise e comparação de diversos métodos hidrométricos" (ISA, Universidade Técnica de Lisboa, 2011).

-Orientadora ou co-orientadora de seis estágios de licenciaturas pré-bolonha, na área da Engenharia do Ambiente e dos Recursos Naturais:

-Autora ou co-autora 48 artigos científicos.

- Co-autora de dois livros intitulados "Pequenas Barragens de aterro. Projecto, Construção, Observação e Reabilitação" (2015) e "Monitorização da Recursos Hídricos no Limiar do Século XXI".

**ANA ILHÉU**  
EDIA

*"Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e o combate à desertificação"*

**INFORMAÇÃO COMPLETA:** [AQUI](#)

**Nota bibliografica:**

Ana Ilhéu

**FÁTIMA BACHAREL**  
CCDRA

*"Ordenamento do território e dinâmicas da paisagem"*

**INFORMAÇÃO COMPLETA:** [AQUI](#)

**Nota bibliografica:**

Fátima Bacharel



**JOSÉ MUNOZ-ROJA**  
ICAAM/EU

*“Regadio e olival no Alentejo: uma perspetiva crítica da sustentabilidade desde o território e a paisagem”*

Após o arranque do projeto de Alqueva, mas especialmente nos últimos 10 anos, a expansão da rega no Alentejo tem sido exponencial. Embora existam múltiplos usos dos solos agrícolas, florestais e seminaturais afetados, o olival é considerado um caso paradigmático no contexto regional.

Além da expansão do mesmo, tem também acontecido uma rápida intensificação do uso de recursos tecnológicos e naturais – principalmente a água-, a deslocalização financeira e efeitos sobre o capital cultural, ambiental e social da região.

Apesar dos enormes impactos esperados na sustentabilidade regional, o debate social e político parece centrar-se nos aspetos (positivos) do crescimento económico (generalizado) da região.

Em contrapartida, outros aspetos mais subtis relacionados com o poder, a governança, a equidade e a sustentabilidade socioambiental têm sido debatidos com pouca insistência e ainda menos regulamentados.

Neste artigo, discutimos como a partir de uma ótica baseada nos conceitos geográficos do território e da paisagem, os efeitos da rega do olival na sustentabilidade regional são muito mais complexos do que os regulamentos atuais são capazes de abranger.

Finalmente, são propostos uma série de tópicos alternativos ao debate, que podem servir para avançar na sustentabilidade futura do sistema.

#### **Nota bibliográfica:**

##### **José Muñoz-Rojas**

É geógrafo e doutor em engenharia territorial e ordenamento rural. Atualmente trabalha como investigador no ICAAM (MED) da Universidade de Évora, onde desenvolve e implementa projetos de investigação orientados para a sustentabilidade e resiliência das paisagens e territórios rurais do Mediterrâneo, especialmente o olival e o Montado. O seu último projeto, SUSTAINOLIVE, financiado pelo programa PRIMA da Comissão Europeia, com início em Maio 2019, vai avaliar a sustentabilidade do sector do azeite e o olival em toda a região Mediterrânica, com um estudo de caso concreto no Alentejo.

*“O Olival de regadio, oportunidades e riscos”*

O Alentejo corresponde a cerca de 1/3 do território de Portugal Continental. É uma região com baixa densidade populacional, com elevado potencial agrícola e onde a carência de água tem sido uma das principais condicionantes ao desenvolvimento agrícola. A introdução do regadio trouxe consigo oportunidades, nomeadamente a obtenção de maiores produções e produtividades, geradoras de mais riqueza para os agricultores, de mais emprego para as populações e mais-valias para a região.

O olival tradicional, maioritariamente, está implantado em zonas com limitações agrícolas, cultivado em sequeiro, utiliza as cultivares tradicionais e as produtividades são geralmente muito baixas. Os novos olivais de regadio estão implantados em zonas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) que permitem a mecanização integral das operações culturais, utilizam um número reduzido de cultivares, na maioria estrangeiras, e mais do que as produções per si, são as produtividades as que mais aumentaram. Se a implantação abrange zonas da Reserva Ecológica Nacional (REN) existem condicionantes legais para a utilização desses espaços que em princípio foram seguidas.

O olival de regadio é exigente na utilização dos fatores de produção. Para a boa gestão dos diferentes fatores de produção é essencial o recurso a tecnologias e a recursos humanos especializados. A má utilização destes recursos pode diminuir ou destruir as potencialidades agrícolas dos solos.

No olival de regadio, a escolha de cultivares é feita com base no conhecimento do potencial produtivo e na adequação a sistemas de condução mais intensivos, onde se destaca a condução em sebe. Na atualidade, com exceção de uma cultivar selecionada num Programa de Melhoramento Genético (diversas estão em fase adiantada de seleção), todas as cultivares nacionais e estrangeiras, atualmente cultivadas são autóctones ou seja, são materiais muito antigos nas suas regiões de origem.

Outra importante questão, pode ser a perda de diversidade genética que está associada com a monocultura. Porém, só se conhecem alternativas se forem previamente preservados / identificados / avaliados / selecionados os materiais vegetais e que estes estejam disponíveis para os olivicultores.

**INFORMAÇÃO COMPLETA:** [AQUI](#)

**Nota bibliográfica:**

António Manuel Cordeiro

**TIAGO MARQUES**  
ICAAM/UE

*"Biodiversidade e o regadio: impactos, alterações na paisagem e cenários futuros"*

**INFORMAÇÃO COMPLETA:** [AQUI](#)

**Nota bibliografica:**

Tiago Marques

**PEDRO ROCHA**  
ICNF-DCNFA

*"Biodiversidade e Regadio"*

**INFORMAÇÃO COMPLETA:** [AQUI](#)

**Nota bibliografica:**

Pedro Rocha





**JOÃO PAULO SILVA**  
INBIO-CIBIO, UP

*“Movimentos do sisão ao longo do ciclo anual e sua relação com o uso do solo”*

O Sisão é uma ave adaptada aos meios agrícolas e a pastagens extensivas. Encontra-se em forte declínio em Portugal, ameaçado principalmente pela alteração ou degradação do habitat. Ao ser dependente de meios altamente intervencionados pelo Homem, torna-se fundamental compreender os fatores ambientais que determinam a sua ocorrência para implementar as necessárias medidas de gestão, de forma a inverter a sua tendência de declínio. Tendo como objetivo compreender a sua ecologia, foram marcadas 28 aves entre 2001 e 2017 com emissores que transmitem a sua localização com uma elevada resolução temporal e espacial. No total foi recolhida informação de 44 ciclos anuais completos. 23% dos casos realizaram movimentos de curta distância; 63% mostraram padrões migratórios e 14% dispersaram para outras áreas reprodutoras. As aves que foram estudadas por períodos superiores a dois anos revelaram um elevado nível de fidelidade tanto aos locais de reprodução como também aos de pós-reprodução (coincidente com o Verão e Outono). O uso de habitat mudou entre estações do ano: durante a época de reprodução dependeram quase exclusivamente de agricultura de sequeiro e de pastagens permanentes, enquanto que durante o período pós-reprodutor usaram áreas com uma proporção considerável de usos irrigados. Os movimentos muito possivelmente são determinados pela disponibilidade alimentar.

**INFORMAÇÃO COMPLETA:** [AQUI](#)

#### **Nota bibliográfica:**

##### **João Paulo Silva**

É investigador do InBIO-CIBIO/Universidade do Porto. As suas principais linhas de investigação têm-se centrado no estudo da ecologia de aves dos meios agrícolas, no estudo do movimento e migração de aves e avaliação do risco de colisão com linhas aéreas de transporte e distribuição de energia. Como técnico do ICN terá dado um contributo na identificação de áreas prioritárias para a conservação de aves dos meios agrícolas e sua classificação na Rede Natura 2000.

*“Conservação de árvores isoladas na paisagem. Uma proposta para o regadio”*

A conversão de parcelas de sequeiro para regadio origina, frequentemente, por parte dos proprietários, a pretensão de limpar os terrenos, com o corte de árvores dispersas presentes no local.

Estamos em presença de interesses em conflito: o interesse do ponto de vista biofísico e ambiental em conservar as árvores, e o interesse dos proprietários em aumentar a produtividade da exploração das culturas regadas.

Deste modo, ressalta a necessidade de ponderar a importância da manutenção das árvores isoladas do ponto de vista ambiental e os hipotéticos efeitos negativos da manutenção das árvores para as explorações.

Tendo em atenção os aspetos referidos, apresenta-se uma proposta para a conservação de azinheiras e sobreiros isolados em áreas de conversão de sequeiro para regadio. Trata-se de um conjunto de normas que, de forma simples, se baseia na teoria dos jogos, ou seja, nenhuma das pretensões ganha tudo e nenhuma perde tudo - ambas ficam a ganhar, com custos pouco significativos.

**Nota bibliográfica:**

**Inocêncio Seita Coelho**

É investigador do INIAV desde 1951, tendo-se ocupado em estudar de forma sistemática várias temáticas relativas ao montado. Ocasionalmente têm estudado o olival tradicional e a pastorícia extensiva.

Presentemente é coordenador científico da candidatura do montado a paisagem património da UNESCO e é director do Centro de Competências do Montado e do Porco Alentejano.